

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## ANÁLISE DINÂMICA DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E ORÇAMENTAL MUNICIPAL

30/06/2021



**Torres Vedras**  
Câmara Municipal

## Índice

Introdução	3
Parte I – Análise Financeira	6
1. Demonstração de Resultados	7
2. Balanço	9
3. Dívida Total	13
4. Pandemia COVID-19	14
Parte 2 - Análise Orçamental	16
1. Receita	17
1.1. Execução do Orçamento da Receita	17
1.2. Evolução da Receita	19
2. Despesa	20
2.1. Execução da Despesa	21
2.2. Evolução da Despesa	22
3. Regra do Equilíbrio Orçamental	23



## INTRODUÇÃO



A fim de dar cumprimento ao determinado no n.º 1 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, foi nomeado, pela Assembleia Municipal, um auditor externo.

O artigo anteriormente citado estabelece que, ao auditor externo compete, entre outras tarefas, remeter semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo do município, informação sobre a respetiva situação económica e financeira. Nesse sentido, e uma vez que na lei não é exigida uma prestação de contas intercalar, foi elaborado este pequeno relatório relativo às contas do 1º semestre do ano.

No relatório é feita uma análise da situação económica e financeira do Município de Torres Vedras, relatando-se as situações que se evidenciam no período em questão, fazendo-se, sempre que se justifique, uma comparação com os dados apurados no mesmo período do ano transato.

O relatório está dividido em 2 partes:

- Parte I - **Análise financeira**, na qual se avalia a evolução dos gastos e dos rendimentos, da dívida, do património e dos resultados obtidos, através da apreciação da Demonstração de Resultados e do Balanço;
- Parte II - **Análise orçamental**, centrada na execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

Relembra-se que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado através do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que permite uma harmonização com o sistema contabilístico privado, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), e que dota as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional, entrou em vigor, para as autarquias locais, a 01/01/2020.

Em traços genéricos, vamos poder verificar que a atividade desenvolvida pelo Município de Torres Vedras, ao longo do 1º semestre de 2021 nos conduziu aos seguintes dados:

- O **Resultado Líquido** do período é **positivo** (€1.149.600,33), superior em €693.161,24 ao alcançado em igual período de 2020;



- O **Ativo** do Município apresenta um valor final de €198.815.348,33, tendo aumentado cerca de 6 milhões comparativamente ao final do ano de 2020. Este acréscimo ocorreu sobretudo em sede de imobilizado, refletindo o investimento em equipamentos e infraestruturas levado a cabo pelo executivo camarário. Podemos desde já dar nota que os grandes investimentos a decorrer no 1º semestre do ano se centram na requalificação da EB 2.3 da Freiria, na construção das EB's do Turcifal e da Póvoa de Penafirme, na substituição de coberturas em fibrocimento com amianto em diversas escolas, bem como na requalificação e construção de diversas infraestruturas rodoviárias no concelho.
- O **Património Líquido** e o **Passivo** da autarquia também refletem um aumento face a 31/12/2020.
- **Em termos orçamentais**, assistimos a uma execução da receita na ordem dos 55% e da despesa realizada na ordem dos 45%. As Grandes Opções do Plano apresentam uma execução de 35%.



## PARTE I – ANÁLISE FINANCEIRA

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pelo Município no 1º semestre de 2021, efetuando-se, simultaneamente, comparações com o período homólogo de 2020



## 1. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados (DR) é um mapa contabilístico dinâmico, que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido do período, através do confronto dos rendimentos com os gastos apurados. Permite-nos aferir do desempenho da entidade.

Este mapa apresenta uma estrutura diferente, que foi adaptado ao novo referencial contabilístico, existindo sobretudo alterações ao nível das designações de algumas contas.

Assim, a Demonstração de Resultados do 1º semestre dos últimos 2 exercícios é a que se apresenta:

RENDIMENTOS E GASTOS	Valores em Euros	
	PERÍODOS	
	30/06/2021	30/06/2020
Impostos, contribuições e taxas	12.890.158,33	11.234.563,21
Vendas	8.380,84	6.629,24
Prestações de serviços e concessões	298.698,72	1.158.266,30
Transferências e subsídios correntes obtidos	9.746.521,06	9.382.728,10
Trabalhos para a própria entidade	5.547,25	992,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.876.643,53	-528.899,07
Fornecimentos e serviços externos	-4.790.217,86	-5.285.001,92
Gastos com pessoal	-9.681.529,61	-9.273.910,59
Transferências e subsídios concedidos	-5.250.806,87	-5.575.020,06
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7.135,13	
Provisões (aumentos/reduções)		-1.314,84
Outros rendimentos	2.379.369,41	2.211.556,75
Outros gastos	-582.875,90	-889.453,95
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>3.153.736,97</b>	<b>2.441.135,30</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1.999.984,84	-1.983.721,96
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>1.153.752,13</b>	<b>457.413,34</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	22.768,84	26.087,96
Juros e gastos similares suportados	-26.920,64	-27.062,21
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1.149.600,33</b>	<b>456.439,09</b>
Imposto sobre o rendimento		
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1.149.600,33</b>	<b>456.439,09</b>

Nota: os valores constantes da coluna "30/06/2020" apresentam diferenças relativamente às contas intercalares apresentadas reportadas àquela data na medida em que, tendo sido o ano de 2020 o ano de arranque da implementação do SNC-AP nas autarquias, foi necessário efetuar, antes do fecho do ano, várias regularizações e acertos reportados à data de 01/01/2020, alterando os valores anteriormente apurado.



O Resultado Líquido do período obtido no 1º semestre de 2021 foi de €1.149.600,33, superior em €693.161,24 ao montante apurado em 30/06/2020.

Para este resultado contribuíram:

> Aumento dos **impostos** (+€1.655.595,12) reportados ao 1º semestre do ano, nomeadamente:

- IMT: +€1.831.274,79
- Loteamentos e obras: +€366.927,12
- Ocupação da via pública: +€167.788,01

O rendimento de IML estimado foi inferior ao ano de 2020 em €716.973,51, decorrente da diminuição da taxa de IML aplicada aos prédios urbanos em 0,05%, tal como deliberada em sede própria durante o ano de 2020, enquanto resposta às situações de dificuldade vividas pelas famílias, tecido associativo e empresarial no seguimento da pandemia da doença da COVID-19.

> Aumento das **transferências e subsídios correntes obtidos** (+€363.792,96), dos quais se destacam:

- FEF: +€273.180,00
- Participação fixa no IRS: +€189.162,00
- Comparticipações comunitárias em projetos originadores de despesa corrente: €224.984,33

> Diminuição dos **fornecimentos e serviços externos** contratados pela autarquia (-€494.784,06), nomeadamente no que se refere aos serviços de recolha e tratamento de RSU's (-€429.428,10), consequência da transferência, a partir de 01/07/2020, para os SMAS, dos serviços inerentes à gestão de resíduos sólidos urbanos.

> Diminuição das **transferências e subsídios concedidos** (-€324.213,19), principalmente a freguesias e instituições sem fins lucrativos.

As transferências para as famílias aumentaram, bem como as transferências para a OesteCIM, principalmente no que se reporta ao PART.

> Diminuição das **prestações de serviços** (-€859.567,58), essencialmente devido à extinção das receitas de resíduos sólidos, que passaram a ser arrecadadas pelos SMAS.

> Aumento do **custo das mercadorias e matérias consumidas** (+€1.347.744,46), resultado do maior volume de aquisição e consumo de materiais de stock.

> Aumento dos **gastos com pessoal** (+€407.619,02), nomeadamente devido à admissão, em setembro de 2020, de assistentes operacionais para as escolas. Houve também o ingresso de trabalhadores advindos do Estado no seguimento do processo de descentralização da competências da Educação.





## 2. Balanço

O Balanço de uma entidade é uma fotografia da sua situação patrimonial/financeira em determinado momento, onde são espelhados o valor e a natureza dos seus bens e direitos (Ativo), o valor e a natureza das obrigações que possui perante terceiros (Passivo) e o seu o património e resultados acumulados ao longo dos tempos (Fundos Próprios), faz mais sentido efetuarmos uma comparação com a última posição efetuada (31/12/2020), sendo nesta que vamos nos focar.

RUBRICAS	Valores em €	
	SNC-AP	POCAL
	30/06/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	156.719.702,62	150.632.647,26
Propriedades de investimento	30.247,10	30.247,10
Ativos intangíveis	325.717,19	383.310,73
Participações financeiras	5.197.362,08	5.197.362,08
Clientes, contribuintes e utentes	122.324,31	54.821,31
	162.395.353,30	156.298.388,48
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	721.146,23	629.317,08
Devedores por transf. e subs. não reembolsáveis	7.158.473,80	9.941.737,37
Clientes, contribuintes e utentes	9.528.178,77	3.022.906,47
Estado e outros entes públicos	171.376,03	168.937,36
Outras contas a receber	8.490.179,12	15.275.961,88
Diferimentos	17.393,39	84.871,97
Caixa e depósitos	10.333.247,69	7.362.315,27
	36.419.995,03	36.486.047,40
<b>Total do Ativo</b>	<b>198.815.348,33</b>	<b>192.784.435,88</b>

O ativo do Município regista um incremento de €6.030.912,45 face a 31/12/2020.

Este aumento resulta de:

> Aumento do **imobilizado** (+€6.029.461,82) na sequência de todo o investimento que tem sido efetuado em equipamentos e infraestruturas, nomeadamente:

- Empreitada de acessibilidade inclusiva na Praça 25 de Abril (€208.390,70);
- Repavimentação de diversos arruamentos nas freguesias do Concelho (+€308.675,90);



- Construção de ponte sobre o rio Alcabrichel, em A-dos-Cunhados junto à igreja (+€361.779,52);
  - Construção da Variante A-dos-Cunhados (+€366.306,12);
  - Requalificação da EB 2.3 da Freiria (+€597.167,92);
  - Construção da EB do Turcifal (+€801.304,57);
  - Construção da EB da Póvoa de Penafirme (+€1.185.697,82);
  - Substituição de coberturas em fibrocimento com amianto nas escolas EB 2.3 de S. Gonçalo, JI de Abrunheira, EB 2.3 de Campelos, EB1 de Torres Vedras, EB/JI da Conquinha, EB 2.3 Padre Vítor Melícias, e EB 2.3 do Maxial (cerca de €557.633,26);
  - Construção de Paragens de Chegada e Confluência - Terminal Rodoviário (2ª fase) (€474.095,19);
  - Construção do Núcleo de incubação social, artística e empresarial (€206.639,22);
  - Exposição do Museu Joaquim Agostinho (+€219.137,65);
  - Exposição do Centro de Artes e Criatividade (+€404.190,75);
  - Requalificação do Miradouro Meia Laranja (+€153.022,68);
  - Construção do Polo Social e Cultural (+€110.042,53).
- > Aumento das dívidas de **clientes, contribuintes e utentes** (+€6.505.272,30) e da diminuição das **outras contas a receber** (-€6.785.782,76) em virtude de ter sido anulada a estimativa de IMI a cobrar em 2021, efetuada em 2020, e lançada a dívida de acordo com a liquidação disponibilizada pela Autoridade Fiscal e Aduaneira.
- > Aumento de **disponibilidades** (+€2.970.932,42).



RUBRICAS	Valores em €	
	SNC-AP	POCAL
	30/06/2021	31/12/2020
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património/Capital	33.998.750,52	31.993.891,25
Reservas	23.208.943,75	23.102.943,75
Resultados transitados	43.981.800,71	43.981.800,71
Ajustamentos em ativos financeiros	485.619,88	485.619,88
Outras variações no Património Líquido	59.404.722,18	58.543.840,16
Resultado líquido do período	1.149.600,33	2.110.859,27
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>162.229.437,37</b>	<b>160.218.955,02</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	225.000,00	225.000,00
Financiamentos obtidos	9.044.510,30	8.641.504,41
Diferimentos	15.944.620,16	15.121.618,75
Outras contas a pagar	840.681,49	1.194.650,09
	<b>26.054.811,95</b>	<b>25.182.773,25</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	1.406.659,20	987.178,57
Fornecedores	1.131.449,10	340.332,08
Estado e outros entes públicos	852.291,43	532.078,06
Financiamentos obtidos	1.440.527,60	1.468.484,57
Fornecedores de investimentos	2.404.658,49	425.744,12
Outras contas a pagar	2.842.609,75	2.942.454,42
Diferimentos	452.903,44	686.435,79
	<b>10.531.099,01</b>	<b>7.382.707,61</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>36.585.910,96</b>	<b>32.565.480,86</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>	<b>198.815.348,33</b>	<b>192.784.435,88</b>

O património líquido do Município regista um incremento de €2.010.482,35 face ao final do ano transato, justificado, para além da obtenção do **resultado líquido** do período apurado (€1.149.600,33), das seguintes **variações no património líquido**:

- recebimento de €345.128,44 do Estado relativamente à construção da EB 2.3 da Freiria;
- acionamento das garantias bancárias inerentes às empreitadas de construção da EB/JI de santa Cruz (€11.600,00) e da EB1 de Boavista Olheiros (€11.660,00).



O passivo apurado em 30/06/2021 é superior ao passivo apurado em 31/12/2020 em cerca de €4.000.000,00. Neste aumento estão incluídos:

> aumento da dívida a **fornecedores** (+€2.770.031,39). Os montantes registados da dívida a fornecedores reporta-se, maioritariamente, a faturas datadas dos últimos 15 dias do mês de junho, bem como a faturas para as quais existe um contrato de empréstimo celebrado com instituição bancária. Nestas últimas, não é permitido efetuar a liquidação da fatura ao fornecedor sem que o banco tenha efetuado o crédito bancário do desembolso do capital solicitado.

> aumento do montante de **financiamentos** em dívida (+€375.048,92), apesar do regular cumprimento dos contratos de empréstimo que já não se encontram em período de utilização. Com efeito, foram solicitados os seguintes desembolsos de capital, num total de €1.148.996,95:

- empréstimo para aquisição de equipamentos no âmbito do PEDU: €40.651,03;
- empréstimo para execução de empreitadas no âmbito do PEDU: €34.612,41;
- empréstimo para construção da EB da Póvoa de Penafirme: €345.992,15;
- empréstimo para construção da EB do Turcifal: €141.969,49;
- empréstimo para requalificação de arruamentos nas diversas freguesias do concelho: €249.571,42;
- empréstimo para diversas intervenções na rede viária: €264.180,54.

> aumento do montante registado na conta de **diferimentos** (+€589.469,06), nomeadamente:

- contabilização do reforço da participação comunitária a receber por conta da candidatura do Programa Municipal de Habitação Social (+€106.148,12);
- aprovação da candidatura referente à 2ª fase das Paragens de Chegada e Confluência - Terminal Rodoviário (€218.128,35);
- aprovação das candidaturas relativas à substituição das coberturas em fibrocimento com amianto nas escolas EB 2.3 de S. Gonçalo, JI de Abrunheira, EB 2.3 de Campelos, EB1 de Torres Vedras, EB/JI da Conquinha, EB 2.3 Padre Vítor Melícias, EB 2.3 do Maxial, EB 2.3 Freiria e EB da Silveira, num total de €626.438,00.

Não se trata, portanto de dívida mas, pelo contrário, de montantes estimados a receber das entidades gestoras de fundos e com as quais existem contratos de financiamento celebrados. Estes montantes só deixarão de constar da rubrica de diferimentos, e portanto, do passivo, quando se verifique o cumprimento das condições constantes no contrato o que, de uma maneira geral, podemos referir que acontece com a conclusão do investimento.

> aumento do montante em dívida ao **Estado** (+€320.213,37) decorrente do aumento dos gastos com pessoal. As contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, bem como a entrega das retenções na fonte de irs, só são efetuadas no mês seguinte aquele a que se reportam (até dia 15 e até dia 20 do mês seguinte).



### 3. Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) veio, no seu artigo 52º, estabelecer um novo conceito no que respeita ao endividamento municipal.

De acordo com o estabelecido neste normativo legal, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (Autarquia + SMAS).

Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite, e de acordo com o artigo 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são incluídas as dívidas dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, das entidade intermunicipais e entidades associativas municipais (ainda que não participadas exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições destes), das empresas locais e participadas (exceto as empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional e se em incumprimento das regras de equilíbrio), das cooperativas e fundações e das demais entidades relativamente às quais se verifique o controlo ou a presunção de controlo. A contribuição destas entidades será proporcional à participação do município.

Para efeitos do apuramento da dívida total do município não é considerada a das entidades mencionadas anteriormente que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município detentor.

De acordo com instruções da DGAL, a dívida total de operações orçamentais corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço (curto prazo e médio e longo prazo), diminuída das dívidas resultantes de operações não orçamentais (incluem cauções em posse do município e valores em dívida de operações de tesouraria - descontos de IRS, segurança social, caixa geral de aposentações, adse, outros sistemas de saúde, sindicatos, ordens profissionais, penhoras a vencimentos ou fornecedores,...).

Assim sendo, o valor do limite da dívida do município, apurada nos moldes estabelecidos ascende, em 2021, a €92.328.594,51, tal como demonstrado no quadro seguinte:

Un.: Euros

Receita Líquida Corrente 2018	Receita Líquida Corrente 2019	Receita Líquida Corrente 2020	Total	Média da Receita Líquida Corrente	Limite Dívida Municipal
57.532.774,61	61.507.252,01	65.617.162,40	184.657.189,02	61.552.396,34	92.328.594,51



De acordo com os dados disponibilizados nesta data, a dívida municipal ascende a:

Un.: Euros

Entidade	NIF	Total dívida orçamental	% Partic.	Contribuição para a dívida municipal
Município de Torres Vedras	502 173 653	13.753.960,34		13.753.960,34
SMAS	680 015 973	1.618.681,02	100,00%	1.618.681,02
Promotorres	503 941 565	729.129,73	100,00%	729.129,73
OesteCIM	502 266 694		14,31%	30.120,52
AMPV	508 038 430		1,445%	215,55
				<b>16.132.107,16</b>

Podemos, desta forma, concluir, e de acordo com os dados disponibilizados, que o Município de Torres Vedras está a cumprir o limite da dívida total para 2021.

#### 4. Pandemia COVID-19

Apesar do subsistema da contabilidade de gestão ainda não se encontrar implementado na sua totalidade de forma a permitir extrair mapas e efetuar análises em termos dos custos apurados por centro de custo, parece-nos, ainda assim, importante demonstrar os custos conhecidos relativamente ao centro de custo criado para a Pandemia da COVID-19.

Deixa-se a nota que os montantes apresentados se reportam apenas a gastos incorridos, não se encontrando aqui englobadas as despesas de investimento.



Un.: Euros

Tipo de despesa	Valor
Artigos de Higiene e Limpeza	774,18
Material de consumo Interno	51,04
Associações de Municípios (Transferências correntes conc	16.746,15
Bolsas (Transferências correntes concedidas - Famílias)	1.309,15
Subsídios a outras entidades da administração local	14.091,13
Instituições sem Fins Lucrativos (Subsídios correntes conc	164.384,96
Famílias (Subsídios correntes concedidos)	56.962,27
Subsídios a outras entidades	45.889,05
Projetos e serviços de informática	5.494,00
Trabalhos de impressão	4.844,85
Outros trabalhos especializados	21.946,18
Publicidade, comunicação e imagem - Gráfica	2.134,34
Publicidade, comunicação e imagem - Rádio	368,41
Vigilância e segurança	2.966,14
Honorários	14.489,06
Comissão De serviços financeiros	2,80
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.430,79
Materiais/Peças- Outros	3.072,19
Material de escritório	41,99
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	25,00
Artigos de Higiene e Limpeza	7.149,45
Vestuário e artigos pessoais	70.231,39
Medicamentos e artigos para a saúde	582,96
Outros materiais diversos de consumo	2.793,80
Gás	52,90
Deslocações e estadas - Portagens e estacionamento	14,80
Outros gastos de Deslocações e estadas	48,00
Alugueres	2.552,25
Internet	12.939,56
Seguros	145,35
Despesas de representação dos serviços	324,85
Limpeza, higiene e conforto	7.711,61
Publicações obrigatórias	508,25
Outros serviços	44,43
Gastos referentes a períodos anteriores	459,72
Apoios em espécie	99.906,30
<b>Total</b>	<b>562.489,30</b>



## PARTE 2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL

Nesta parte do Relatório de Gestão é efetuada uma análise da concretização das receitas e das despesas previstas, procurando-se identificar as causas dos desvios verificados. Procede-se também a uma análise comparativa com o exercício anterior.





## 1. Receita

Apresenta-se quadro resumo da previsão e execução da receita, por naturezas, nos anos de 2020 e 2021:

Un.: Euros

Rubrica	Designação	Orçamento Inicial 2021	Receitas cobradas líquidas totais 2020	Receitas cobradas líquidas totais 2021	% Execução	△ Receitas cobradas líquidas totais
01	Impostos directos	21.232.000,00	9.920.970,68	11.354.921,10	53%	1.433.950,42
02	Impostos indirectos	1.306.706,00	290.958,27	923.802,53	71%	632.844,26
04	Taxas, multas e outras penalidades	748.210,00	343.030,20	461.841,92	62%	118.811,72
05	Rendimentos da propriedade	2.616.006,00	677.912,91	1.361.907,05	52%	683.994,14
06	Transferências correntes	20.641.557,00	9.645.530,88	9.863.531,98	48%	218.001,10
07	Venda de bens e serviços correntes	1.464.372,00	1.528.369,20	620.524,24	42%	-907.844,96
08	Outras receitas correntes	79.003,00	32.353,39	15.062,79	19%	-17.290,60
09	Venda de bens de investimento	9,00	18.373,00	0,00	0%	-18.373,00
10	Transferências de capital	12.653.126,00	3.181.708,42	4.891.958,86	39%	1.710.250,44
11	Activos financeiros	1,00	0,00	0,00	0%	0,00
12	Passivos financeiros	8.248.928,00	187.984,71	1.148.996,95	14%	961.012,24
13	Outras receitas de capital	2,00	0,00	0,00	0%	0,00
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	7.000,00	1.738,80	23.007,23	329%	21.268,43
16	Saldo da gerência anterior	0,00	4.662.005,08	7.317.709,03	-	2.655.703,95
Total		68.996.920,00	30.490.935,54	37.983.263,68	55%	7.492.328,14

### 1.1. Execução do Orçamento da Receita

A execução do Orçamento é, a 30/06/2021, de cerca de 55%. Trata-se, portanto, de um bom indicador, uma vez que nos encontramos a meio do ano económico.

Esta execução próxima dos 50% foi atingida na grande maioria das rubricas da receita, não se verificando apenas nas seguintes rubricas expressivas:

> **Venda de bens e serviços correntes** (42%): a cobrança de valores, de anos anteriores, respeitantes a resíduos sólidos foi praticamente nula, apesar da dívida existente de cerca de €100.000,00. Também, no seguimento das deliberações do executivo no âmbito do combate às consequências da pandemia da COVID-19, as receitas de rendas foram inferiores ao estimado. Também as receitas de parques eólicos foram inferiores ao esperado, atingindo, nesta data, apenas uma execução de 40%.

> **Transferências de capital** (39%): no quadro que a seguir se expõe constam os projetos cuja receita arrecadada ficou, à data de 30/06/2021, aquém do esperado. O quadro também demonstra o nível de execução da despesa dos projetos em questão, uma vez que o recebimento das participações financeiras aprovadas está dependente da realização dos respetivos investimentos.





Un.: Euros

Rubrica Receita	Descrição	Orçamento Inicial Receita 2021	Receita Cobrada 2021	% Execução	Orçamento Inicial Despesa 2021	Despesa realizada 2021	Execução Despesa	% Receita cobrada em 2021 sobre a despesa realizada em 2021
1003010402	Requalif. Modernização Instalações EB2,3 Freiria	1.969.530,00	345.128,44	18%	1.940.578,00	534.262,36	28%	65%
1003010408	Requalificação Azenha Ponte	160.000,00	0,00	0%	199.053,00	0,00	0%	-
1003010409	Sub.coberturas fibrocimento c/ amianto nas Escolas	573.466,00	196.531,95	34%	622.807,64	557.633,26	90%	35%
1003070104	Requalificação do Miradouro "Meia Laranja" (PEDU)	280.420,00	124.692,42	44%	262.917,00	159.141,42	61%	78%
1003070111	Centro Escolar Povoia de Penafirme (PACTO)	901.716,00	774.030,00	86%	1.297.665,00	1.290.169,88	99%	60%
1003070112	Paragens Chegada e Confluência (PEDU)	517.420,00	228.980,88	44%	731.130,00	181.362,61	25%	126%
1003070114	Aq. Equip.Sistema Inform. Rodov. Tempo Real (PEDU)	387.841,00	0,00	0%	456.283,00	83.151,44	18%	0%
1003070115	Req.Urbana Espaço Pub.Envolv. Ant.Matadouro (PEDU)	457.878,00	397.155,86	87%	2.620,00	0,00	0%	-
1003070116	Reab. Reconversão Antigo Matadouro - CAC (PEDU)	110.128,00	0,00	0%	5.000,00	73.086,77	1462%	0%
1003070117	Rede de Percursos Pedonais T.Vedras (PEDU)	135.210,00	123.046,72	91%	67.698,00	55.755,39	82%	221%
1003070121	Construção EB1/JI S. Pedro Cadeira (PACTO)	279.018,00	0,00	0%	30.884,00	0,00	0%	-
1003070123	Núcleo Incubação Soc. Artística Empresarial (PEDU)	561.299,00	150.343,05	27%	649.555,00	206.639,22	32%	73%
1003070124	Polo Social e Cultural (PEDU)	464.661,00	105.583,87	23%	360.000,00	151.141,79	42%	70%
1003070125	Reab.esp.pub.env.B.Floresta, Reis e Barreto (PEDU)	358.251,00	333.880,16	93%	95.637,00	16.600,97	17%	2011%
1003070126	Reabilitação paisagística Encosta Choupal	121.836,00	161.029,78	132%	2.743,00	0,00	0%	-
1003070127	Projeto "Somos comunidade" (PEDU)	102.111,00	113.486,85	111%	80.000,00	84.446,87	106%	134%
1003070128	Projeto "Porta do Bairro" (PEDU)	110.761,00	91.874,60	83%	1,00	0,00	0%	-
1003070129	Programa Municipal Habitação Social (PEDU)	738.599,00	113.509,55	15%	195.159,00	72.893,63	37%	156%
1003070135	Construção CE Turcifal (PACTO)	1.088.491,00	284.275,81	26%	1.534.334,00	658.133,23	43%	43%
1003070136	Centro Interpretativo Reserva Marinha Protegida	107.205,00	0,00	0%	126.124,00	6.044,12	5%	0%
1003070138	Acessibilidade Inclusiva na Praça 25 Abril (cand.)	200.000,00	177.839,96	89%	201.160,00	208.390,70	104%	85%
1003070140	Centro Municipal Proteção Civil	172.470,00	0,00	0%	1,00	0,00	0%	-
1003070143	Paragens Chegada Confluência_Sedes Freguesia_PEDU	421.640,00	0,00	0%	456.000,00	0,00	0%	-
<b>Total</b>		<b>10.219.951,00</b>	<b>3.721.389,90</b>	<b>36%</b>	<b>9.317.349,64</b>	<b>4.338.853,66</b>	<b>47%</b>	<b>86%</b>



> **Passivos financeiros (14%):** O quadro que se segue demonstra a execução desta rubrica, que também se encontra dependente da execução física dos investimentos em questão:

Un.: Euros

Designação	Orçamento Inicial 2021	Receitas cobradas líquidas totais 2020	Receitas cobradas líquidas totais 2021	% Execução	Receitas cobradas líquidas totais 2021 - 2020
Emp.até 212.000€ req arruamentos Freg Torres Vedra	0,00	3.174,70	0,00	-	-3.174,70
Emp.até €239.185,79_Aquis.Equipamentos PEDU	159.116,00	0,00	40.651,03	26%	40.651,03
Emp.até €559.564,21_Empreitadas PEDU	347.210,00	14.567,59	34.612,41	10%	20.044,82
Emp.até €2.073.580_CE Póvoa Penafirme	467.160,00	80.579,54	345.992,15	74%	265.412,61
Emp.até €6.098.900_CE Turcifal e A-dos-Cunhados	578.028,00	80.325,07	141.969,49	25%	61.644,42
Emp.até €440.608,45_Parque Municipal S.ª Cruz	0,00	9.337,81	-	-	-9.337,81
Emp.até €1.590.000,00_Req.arruamentos concelho	1.014.130,00	0,00	249.571,42	25%	249.571,42
Emp.até €1.100.000-Cons Ponte Rotunda Variante ADC	1.100.000,00	0,00	72.019,91	7%	72.019,91
Emp. até €1.685.000_Diversas interv. Rede Viária	1.684.723,00	0,00	264.180,54	16%	264.180,54
Emp até €5.170.000_Construção EB Ramalhal	2.478.215,00	0,00	0,00	0%	0,00
Emp até €420.345,50_BPI/IFRU Reabilitação Urbana	420.346,00	0,00	0,00	0%	0,00
<b>Total</b>	<b>8.248.928,00</b>	<b>187.984,71</b>	<b>1.148.996,95</b>	<b>181%</b>	<b>961.012,24</b>

## 1.2. Evolução da Receita

Do quadro exposto no ponto 1 anterior verificam-se as seguintes situações que justificam a arrecadação, em 2021, de +€7.492.328,14 de receita do que em igual período de 2020:

> aumento dos montantes de **impostos** diretos arrecadados (+€1.433.950,42):

- IMT: +€1.511.595,87

- IUC: +€112.611,83

As receitas cobradas de IMI registaram um decréscimo de €259.303,73 face a junho de 2020.

> aumento das verbas de **impostos indiretos** cobradas (+€632.844,26), nomeadamente:

- loteamentos e obras: +€264.909,50

- ocupação do solo e do subsolo: +€411.042,95

> aumento do montante de **passivos financeiros**, essencialmente no que se refere à utilização de capital dos empréstimos para construção da EB da Póvoa de Penafirme, para diversas intervenções na rede viária até ao montante de €1,685 milhões e para requalificação de arruamentos até ao montante de €1,014 milhões.

> aumento das verbas de **transferências de capital** arrecadadas (+€1.710.250,44), nomeadamente em sede de cooperação técnica com o Estado e comparticipações de fundos comunitários. No primeiro caso, destacam-se as comparticipações para a construção da EB 2.3 da Freiria (+€345.128,44) e as comparticipações para a substituição de coberturas em fibrocimento com amianto em diversas escolas (€196.531,95). No segundo caso, destacam-se as seguintes situações:



Un.: Euros

Designação	Receitas cobradas líquidas totais 2020	Receitas cobradas líquidas totais 2021	Receitas cobradas líquidas totais 2021 - 2020
Requalificação da Vala dos Ameais (PEDU)	159.352,14	0,00	-159.352,14
Requalificação do Miradouro "Meia Laranja" (PEDU)	0,00	124.692,42	124.692,42
Centro Escolar Pova de Penafirme (PACTO)	275.758,90	774.030,00	498.271,10
Paragens Chegada e Confluência (PEDU)	35.268,85	228.980,88	193.712,03
Rede Ciclovias Urbanas T. Vedras (PEDU)	212.808,42	0,00	-212.808,42
Req.Urbana Espaço Pub.Envolv. Ant.Matadouro (PEDU)	303.345,91	397.155,86	93.809,95
Reab. Reconversão Antigo Matadouro - CAC (PEDU)	598.244,62	0,00	-598.244,62
Rede de Percursos Pedonais T.Vedras (PEDU)	0,00	123.046,72	123.046,72
Núcleo Incubação Soc. Artística Empresarial (PEDU)	0,00	150.343,05	150.343,05
Polo Social e Cultural (PEDU)	0,00	105.583,87	105.583,87
Reab.esp.pub.env.B.Floresta, Reis e Barreto (PEDU)	6.614,33	333.880,16	327.265,83
Reabilitação paisagística Encosta Choupal	359.918,43	161.029,78	-198.888,65
Projeto "Somos comunidade" (PEDU)	36.664,95	113.486,85	76.821,90
Programa Municipal Habitação Social (PEDU)	9.094,34	113.509,55	104.415,21
Requalificação Porto Pesca Local Assenta	9.664,86	49.550,90	39.886,04
Construção CE Turcifal (PACTO)	0,00	284.275,81	284.275,81
Acessibilidade Inclusiva na Praça 25 Abril (cand.)	0,00	177.839,96	177.839,96
	<b>2.006.735,75</b>	<b>3.137.405,81</b>	<b>1.130.670,06</b>

> Aumento dos montantes registados a título de rendimentos de propriedade (+€683.994,14), situação que se deve essencialmente ao facto da renda referente ao 2º trimestre da concessão de infraestruturas à EDP só ter sido arrecadada, em 2020, já no decorrer do 2º semestre do ano;

> diminuição das receitas contabilizadas na rubrica de vendas de bens e serviços correntes em consequência da transferência, a partir de 01/07/2020, dos serviços de gestão de resíduos sólidos para os SMAS (-€1.101.248,48);

> aumento do montante do saldo de gerência do ano anterior apurado (+€2.655.703,95).

## 2. Despesa

Importa referir que na análise orçamental da despesa é necessário ter sempre em conta 2 situações distintas:

- Todos os dados apresentados incluem nos seus montantes os valores da dívida não paga transitada de anos anteriores, não refletindo, apenas, os valores da despesa respeitantes ao 1º semestre de



2021. Com efeito, na análise dos montantes expostos, será de ter em consideração que, de 2020 para 2021 transitaram €474.036,07 de dívida lançada e não paga. Salienta-se também que existe despesa de 2020 lançada nesse ano em termos financeiros, mas imputada ao orçamento de 2021, sendo assim difícil, em termos orçamentais, apurar o valor da despesa do ano.

- Existem custos de 2021 lançados na contabilidade financeira que ainda não se encontram refletidos em termos orçamentais, tal como é o caso dos documentos que ainda se encontram em fase de confirmação por parte do setor respetivo ou dos documentos para os quais exista acordo de pagamento para períodos posteriores ao que se encontra em análise.

Posto isto, apresenta-se, seguidamente e de forma sintetizada, a comparação em termos orçamentais, da despesa realizada face à despesa prevista. Neste mesmo quadro está evidenciada a despesa realizada no mesmo período do ano de 2020:

Un.: Euros

Rubrica	Designação	Orçamento Inicial 2021	Despesa realizada 2020	Despesa realizada 2021	% Execução	Δ Despesa realizada
01	Despesas com o pessoal	21.051.830,00	9.212.098,77	10.433.179,22	50%	1.221.080,45
02	Aquisição de bens e serviços	14.592.575,00	6.185.802,25	7.105.367,68	49%	919.565,43
03	Juros e outros encargos	145.293,00	35.834,27	32.874,98	23%	-2.959,29
04	Transferências correntes	8.740.284,00	5.289.075,34	5.082.315,98	58%	-206.759,36
05	Subsídios	1,00	0,00	0,00	0%	0,00
06	Outras despesas correntes	764.850,00	171.447,69	247.561,83	32%	76.114,14
07	Aquisição de bens de capital	19.313.155,00	2.577.008,42	6.650.998,50	34%	4.073.990,08
08	Transferências de capital	2.779.254,00	674.806,23	753.299,07	27%	78.492,84
09	Activos financeiros	29.480,00	37.088,13	0,00	0%	-37.088,13
10	Passivos financeiros	1.580.197,00	628.939,18	656.968,84	42%	28.029,66
11	Outras despesas de capital	1,00	0,00	0,00	0%	0,00
<b>Total</b>		<b>68.996.920,00</b>	<b>24.812.100,28</b>	<b>30.962.566,10</b>	<b>45%</b>	<b>6.150.465,82</b>

## 2.1. Execução da Despesa

A execução da despesa ronda, a 30/06/2021, os 45%.

A execução das GOP's atingiu, nesta mesma data, os 35%. Cerca de 67% das GOP's reportam-se a investimento e são analisados no ponto seguinte, nas notas à rubrica de aquisição de bens de capital. Os restantes 33% reportam-se às Atividades Mais Relevantes e englobam, entre outros, refeitórios escolares, despesas inerentes à descentralização no âmbito da Educação, atribuição de bolsas de estágio do projeto Moinhos, apoios ao "SSPMTV" e aos "Paulenses", despesas das diferentes áreas do Departamento de Estratégia e da Divisão de Desenvolvimento Social, corredor ecológico sizandro conquinha, aquisição de bens e serviços para a exposição do CAC, aquisição bens e serviços para o Plano de desenvolvimento da atividade física na 3ª idade, programa de apoio à atividade física, OesteLED, iluminação pública, combustíveis e alugueres de material de transporte.





A execução de praticamente todas as rubricas da despesa encontram-se acima ou muito perto dos 50% expectáveis, à exceção:

> **Aquisição de bens de capital**, nomeadamente no que respeita aos investimentos constantes da tabela que se segue:

Económica	Descrição	Orçamento Inicial	Obrigações	Execução
0701020302	Programa Municipal Habitação Social (PEDU)	195.159,00	72.893,63	37%
0701030107	Requalificação Azenha da Ponte (Núcleo Museológico)	199.053,00	0,00	0%
0701030201	Requalificação P.Municipal Sta Cruz	228.000,00	0,00	0%
0701030202	Complexo desportivo de Arenas	500.000,00	0,00	0%
0701030503	Escola Básica Turcifal	1.534.334,00	658.133,23	43%
0701030504	Req. e Modernização Instalações EB2,3 de Freiria	1.940.578,00	534.262,36	28%
0701030509	Escola Básica Ramalhal	2.478.215,00	64.509,29	3%
0701030511	Escola Básica da Silveira	150.000,00	0,00	0%
0701030703	Aquisição/Construção/Grand.Rep.de Outros Edifícios	184.676,00	0,00	0%
0701030705	Núcleo de incubação social, artística e empres.(PE	649.555,00	206.639,22	32%
0701030707	Reabil/remod edif "Polo Social e Cultural"(PEDU)	360.000,00	151.141,79	42%
0701030712	Residências Universitárias	420.346,00	0,00	0%
0701030713	Remodelação antigo edifício SMAS	150.000,00	0,00	0%
0701041305	Paragens de chegadas e confluência (PEDU)	731.130,00	181.362,61	25%
0701041309	Centro Interpretativo Reserva Marinha Protegida	126.124,00	6.044,12	5%
0701041311	Paragens Chegada Confluência_Sedes Freguesia_PEDU	456.000,00	0,00	0%
07010702	Equipamento Informático - JI e EB1	131.000,00	27.441,30	21%
07011513	Aquisição sistemas informação rodoviária (PEDU)	456.283,00	83.151,44	18%
07011599	Outros	211.489,00	68.830,34	33%
0703030104	Construção e grande reparação de arruamentos	1.669.856,00	342.650,22	21%
0703030105	Construção e grande reparação de pontes e muros	839.788,00	270.530,62	32%
0703030803	Construção e grande reparação estradas e caminhos	1.552.332,00	459.733,28	30%

> Não concretização da **transferência de capital** para os SMAS a título de comparticipação nas suas obras, tal como previsto em sede de orçamento (€1.800.000,00).

## 2.2. Evolução da Despesa

No que se refere à comparação do ano de 2021 com o ano de 2020, salientam-se os seguintes aspectos:

> Aumento do montante de **aquisição de bens de capital** (+4.073.990,08), onde se destacam:

- Construção da EB Turcifal: +€541.319,84;



- Construção da EB 2.3 da Freiria: +€534.262,36;
- Construção da EB da Póvoa de Penafirme: +€1.062.479,06;
- Construção do Núcleo de incubação: +€206.639,22;
- Construção do Polo Social e Cultural: +€127.237,08;
- Construção de Paragens de Chegada e Confluência: +€181.362,61;
- Aquisição de equipamento administrativo: +€197.911,81;
- Aquisição de equipamento básico: +€357.276,85;
- Construção e grande reparação de arruamentos: +€302.671,71;
- Construção e grande reparação de pontes e muros: +€238.735,92;
- Construção e grande reparação de estradas e caminhos: +€306.563,28;
- Requalificação do Miradouro Meia Laranja: +€159.141,42;
- Obras de acessibilidade inclusiva na Praça 25 de Abril: +€208.390,70.

> Aumento dos **gastos com pessoal** (+€1.221.080,45), nomeadamente com remunerações certas e permanentes (+€845.562,69) e com encargos de segurança social (+€379.775,11). Para este facto contribuiu o aumento do número total de trabalhadores, que teve por base:

- a) A transferência de competências para os órgãos municipais, na área da educação, conforme lista nominativa publicada no Diário da Republica, n.º 4, 2.ª série, de 7 de janeiro de 2020, através do Despacho n.º 203-A/2020, com efeitos a 1/1/2020;
- b) A admissão de trabalhadores na sequência dos procedimentos de recrutamento para preenchimentos de postos de trabalho não ocupados no mapa de pessoal aprovado;
- c) A admissão de trabalhadores na sequência dos procedimentos de recrutamento por mobilidade autorizados;
- d) As mobilidades intercarreiras e intercategorias autorizadas.

> Aumento das **aquisições de bens e serviços correntes** (+€919.565,43), incluindo:

- aumento da aquisição de material stock: +€1.372.711,08;
- diminuição da aquisição de combustíveis: -€119.046,52;
- diminuição das despesas com transportes escolares: -€230.614,18;
- diminuição das despesas com recolha e tratamento de RSU's: -€502.283,06;
- aumento das despesas inerentes ao contrato de Gestão da Eficiência Energética "Oesteled":

+€130.716,08.

### 3. Regra do Equilíbrio Orçamental

De acordo com o art.º 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que, a receita



corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Ou seja:

$$\text{Receita corrente bruta cobrada} \geq \text{Despesa Corrente} + \text{Amortizações médias empréstimos MLP}$$

As amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos correspondem à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato. Nos casos de empréstimos já existentes aquando da entrada em vigor deste normativo legal, e de acordo com o artigo 83º desse mesmo normativo, as amortizações médias dos empréstimos correspondem à divisão do capital em dívida em 01/01/2014 pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

De acordo com o entendimento do SATAPOCAL, o cumprimento da referida regra deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental a incluir no relatório de gestão.

Neste sentido, procede-se à verificação do cumprimento da referida regra (valores em Euros):





Datas		Prazo do contrato	N.º Anos em 01/01/2014		Capital		Capital em dívida a 31/12/2013	Amortização média do Empréstimo
Visto TC	Celebração Contrato		Decorridos	Em Falta	Contratado	Utilizado		
Empréstimos já existentes								
-/-	25/10/2001	20	12	8	249.398,95	249.398,95	117.364,27	7.335,27
19/11/2003	19/01/2004	20	10	10	1.090.000,00	908.435,00	636.818,55	31.840,93
25/08/2005	14/09/2005	20	8	12	1.279.377,00	1.279.377,00	867.344,92	36.139,37
28/09/2006	07/07/2006	20	7	13	1.220.000,00	1.220.000,00	895.157,93	34.429,15
03/08/2007	06/12/2006	20	6	14	560.000,00	560.000,00	419.999,58	14.999,99
18/10/2007	24/07/2007	20	6	14	7.000.000,00	4.143.760,00	3.268.317,70	116.725,63
18/10/2007	24/07/2007	20	6	14	1.900.000,00	732.581,83	569.785,83	20.349,49
18/10/2007	02/07/2007	20	6	14	850.000,00	305.233,50	253.472,73	9.052,60
26/02/2009	05/01/2009	20	4	16	1.980.000,00	1.963.005,03	1.706.938,30	53.341,82
18/05/2010	11/03/2010	20	3	17	3.500.000,00	3.000.000,00	2.750.000,01	80.882,35
18/05/2010	18/03/2010	20	3	17	2.563.570,00	2.518.570,00	2.308.689,16	67.902,62
22/03/2011	05/11/2010	20	2	18	764.600,00	658.828,00	631.376,83	17.538,25
								490.537,47

<b>Empréstimos novos (utilizações a partir de 2014)</b>								
04/10/2013	05/08/2013	10	6	4	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	60.000,00
29/12/2016	08/11/2016	10	3	7	435.000,00	378.000,00	0,00	18.900,00
13/07/2017	17/04/2017	10	2	8	700.000,00	464.663,70	0,00	23.233,19
04/10/2017	02/08/2017	10	2	8	300.000,00	51.670,03	0,00	2.583,50
02/04/2019	07/03/2019	3	0	3	239.185,79	120.720,06	0,00	20.120,01
02/04/2019	11/03/2019	10	0	10	559.564,21	289.031,47	0,00	14.451,57
23/04/2019	09/04/2019	10	0	10	440.806,45	74.697,70	0,00	3.734,89
24/04/2019	16/04/2019	20	0	20	1.441.686,06	755.092,76	0,00	18.877,32
12/09/2019	20/08/2019	4	0	4	149.772,91	149.772,91	0,00	18.721,61
27/09/2019	25/06/2019	20	0	20	2.305.500,01	387.805,31	0,00	9.695,13
01/06/2020	26/08/2019	10	0	10	1.014.130,95	307.227,10	0,00	15.361,36
12/10/2020	12/06/2020	10	0	10	1.100.000,00	72.019,91	0,00	3.601,00
23/12/2020	30/10/2020	12	0	12	1.685.000,00	264.180,54	0,00	11.007,52
05/01/2021	16/06/2020	20	0	20	5.170.000,00	0,00	0,00	0,00
								<b>220.287,09</b>
<b>TOTAL</b>					<b>31.742.592,33</b>	<b>21.717.870,35</b>	<b>14.425.265,81</b>	<b>710.824,56</b>

Tal como se pode verificar, o Município de Torres Vedras continua a cumprir a regra do Equilíbrio Orçamental. Com efeito, as receitas correntes brutas cobradas foram superiores, em €3.268.251,01, à soma das despesas correntes pagas com a amortização média dos empréstimos de MLP contratados



em 30/06/2021 (considerada 50% da amortização média dos empréstimos uma vez que nos encontramos a analisar dados semestrais).

Un.: Euros	
<b>RECEITA</b>	
Impostos Diretos	11.650.610,62
Impostos Indiretos	924.224,50
Taxas, Multas e Outras Penalidades	466.603,92
Rendimentos de Propriedade	1.361.907,05
Transferências Correntes	9.864.577,81
Venda de Bens e Serviços Correntes	621.709,05
Outras Receitas Correntes	28.812,46
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE BRUTA COBRADA</b>	<b>24.918.445,41</b>
<b>(PAGA)</b>	
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>20.939.369,84</b>
<b>AMORTIZAÇÃO MÉDIA DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP</b>	<b>710.824,56</b>
<b>RECEITA - (DESPESAS + AMORTIZAÇÃO MÉDIA EMPRÉSTIMOS) =</b>	<b>3.268.251,01</b>

